

Táticas de resistência dos jornalistas: notas sobre práticas na defesa da cultura profissional em tempos de imprensa digital

Resistance tactics of journalists: notes on practices in the defense of the professional culture in times of digital press

Myrian Del Vecchio-Lima¹

Universidade Federal do Paraná

myriandel@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1833-2332>

José Carlos Fernandes²

Universidade Federal do Paraná,

zecafernandes1964@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8629-2301>

James Klaus Miers³

Universidade Federal do Paraná,

james.klausmiers@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3778-6612>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_7

Resumo:

As táticas de resistência dos jornalistas são práticas à espera de sistematização. Há investigações sobre como jornalistas fazem prevalecer os valores da profissão, mas a literatura especializada ainda recorre à dicotomia “patrão” e “empregado”, dando ao primeiro a primazia em muitas decisões. Este artigo tem como objetivo levantar notas iniciais sobre a cultura jornalística da negociação, de modo a manter vigente a horizontalidade das relações entre *publishers*, editores, repórteres e o consumidor de informações. Cientes de que os empresários interferem no fazer jornalístico, temos como premissa que os jornalistas criam defesas a estas imposições, para permitir reações cotidianas. Ao abranger um recorte no jornalismo brasileiro, realizamos

revisão bibliográfica e seis entrevistas com jornalistas afeitos a reportagens investigativas. Concluímos que as incertezas do jornalismo diante do espectro digital conduzem à indefinição em relação à resistência profissional: a cultura jornalística é identificada, mas está fragilizada.

Palavras-chave: Cultura jornalística; relações de trabalho; resistência profissional; práticas jornalísticas; jornalismo digital.

Abstract:

The resistance tactics of journalists are practices still need to be systematized. There are authors investigating how journalists make the values of the profession prevail, but the literature still resorts to the dichotomy “boss” and “employee”, giving the former the primacy in many

decisions. This article raises initial comments on the journalistic culture of negotiation, in order to maintain the horizontality of relations between publishers, editors, reporters and information consumers. Aware that entrepreneurs interfere with how journalism is done, we have as premise that journalists create defenses to these impositions, to allow daily reactions. Choosing a focus in Brazilian journalism, a literature review was carried out and six interviews were made with journalists related to investigative reports. We conclude that the uncertainties of journalism in the face of the digital spectrum lead to uncertainty in relation to professional resistance: a journalistic culture is identified, but is weakened.

Keywords: Journalistic culture; work relationships; professional resistance; journalistic practices; digital journalism.

¹ Myrian Del Vecchio-Lima é jornalista profissional em Curitiba, Paraná (Brasil), com atuação principalmente em jornalismo cultural e jornalismo científico. É doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná; e mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Realizou estágio de pós-doutoramento em jornalismo digital na Université Lyon 2, na França. É docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná.

² José Carlos Fernandes é jornalista profissional em Curitiba, estado do Paraná (Brasil). Soma três décadas de atividades na imprensa, tendo passado pelas áreas de literatura e artes visuais, na editoria de cultura; cobertura de cidades, com acento em patrimônio histórico, habitação e segurança pública. Atua como cronista desde 2008. Tem doutorado e mestrado em Estudos Literários e especialização em História da Arte. Pesquisa leitura. É docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná.

³ James Klaus Miers, jornalista. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná e membro do Grupo Click - Comunicação e Cultura Ciber, do PPGCom/UFPR.

Introdução

Há um senso comum de que jornalistas obedecem de forma cega às ordens de suas chefias, debaixo de uma hierarquia severa que inclui os proprietários das empresas de informação. A natureza da imprensa seria definida por essa relação conflitante. No imaginário, tal convivência se dá de forma passiva, à moda de uma linha de produção fabril (Berger, 2012). A mitologia da profissão está povoada de histórias de intimidação, não raro heróicas e solitárias, que nem sempre resistem à sabatina da realidade (Venâncio, 2009). Meias verdades se prestam a minimizar o processo de produção da notícia – amplamente estudada pelos teóricos do *newsmaking* (Hohlfeldt, 2001), teoria do jornalismo relacionada à sociologia das profissões – reduzindo tal processo à oposição mecânica entre padrão e operário, desconsiderando que se trata de uma prática cultural, formada por batalhas e armistícios (Alsina, 2009).

Horn (2020, p. 28) relembra que o *newsmaking* “concebe que o processo de produção da informação passa por uma série de escolhas” e que a Teoria

Organizacional “insere o jornalista no contexto da organização para a qual trabalha”. Entretanto, um possível conformismo com a política editorial da empresa e suas externalidades pode ser diluída ou minimizada pela forte cultura do campo jornalístico. Como afirma Berger (2012, p. 715), “o jornalismo mobiliza dizeres sobre si para além das teorias que o explicam e ensinam sua profissão”.

Eliane Brum (2019) figura entre os que observam que os jornalistas escrevem num mundo em movimento, privados dos benefícios do distanciamento histórico. A cobertura, por natureza, interfere na percepção dos acontecimentos, configurando uma atividade “a quente”, sobre cuja dinâmica pouco se sabe. Brum dialoga em camadas mais espessas com a “microfísica do poder” (Foucault, 1979), conceito que projeta o intelectual como pessoa em ação, ciente de seu papel frente à censura e ao autoritarismo. O intelectual é um árbitro. O jornalista é um intelectual. Envelheceu, portanto, a imagem monolítica e fossilizada desse profissional como alguém reverente aos cães de guarda do quarto poder (Halimi, 1998).

No clássico *O papel do jornal*, de 1974, Alberto Dines desafia a crença na supremacia do silêncio imposto aos jornalistas no interior das redações – sem que haja reação. Cita Shakespeare (“*each in his time, plays many roles*”) para dizer que cada ser humano desempenha vários papéis, trazendo um universo dentro de si (Dines, 2009). A citação algo poética, se presta a comparar a redação a um universo orquestrado por “personalidades e ideias diferentes ou mesmo antagônicas” (p. 77). Dines entende uma redação como um colegiado, o que diz tudo. Reginato (2019, p. 137) reitera que “na definição do ‘ser jornalista’ existe um conjunto de normas, rituais e valores que formam a ideologia profissional”. A autora traz a leitura de Deuze e Witschge (2015) para concluir que essa ideologia produz sentido no interior de uma cultura definida pelas atividades e funcionalidades de um grupo de profissionais, ao atuar em um espaço e em um projeto comuns. Completa que a expectativa com relação às posturas e práticas de um profissional jornalista é uma demanda da sociedade, mas também uma exigência do ideário desse ofício.

Por isso, temos como premissa que, tão ingênuo quanto defender que os donos do capital não interferem no fazer jornalístico, é acreditar que os jornalistas – debaixo de um conjunto de valores e “crenças” que inspiram suas práticas – obedecem sem criar defesas e defesas que se incorporam ao imaginário da profissão, servindo de motor às reações cotidianas. A negação do direito ao contraditório está na raiz das maiores ameaças à humanidade, no sentido bélico e ambiental, mas não é demais afirmar que essas recusas começam no plano cotidiano, familiar e laboral, espaços que permitem a geração e o movimento do ecossistema social – “nem tudo na sociedade é visível e nem tudo que é visível dá conta do que a sociedade é” (Martins, 2014, p. 9). A sociologia do conhecimento – de forma imperativa – afirma que as forças sociais se dão na forma de jogo, em meio a um cabo de guerra gerado pelas incertezas (Morin, 2015).

Logo, debaixo da palavra “universo”, como sugere Dines (2009), o que se desenvolve numa redação é parte de um processo de ecologia humana, nos moldes de Robert Park (*apud*

Mattelart, 1999), na qual as regras corporativas são parte e nunca totalidade. Têm um caráter de pluralidade, cujo saldo é um processo de assimilação, mas também de interpretação e resistência (Teixeira Coelho, 2012). De modo que não há hibridismo sem alguma forma de enfrentamento. O intérprete, em qualquer das situações, reage às situações pelas quais se sente abordado. A relação com o espaço, o tempo, e suas interpelações é dialética (Eco, 2018).

Os repórteres, nas democracias modernas, contudo, foram afetados pelo advento da cultura crítica que emergiu nos EUA dos anos 1960, cuja essência é a autonomia em relação às versões oficiais (Schudson, 2010). Mesmo com as evidentes diferenças entre o jornalismo norte-americano e o brasileiro (Silva, 1991), é possível afirmar que a imprensa do Brasil, à maneira de outras, desenvolveu um modo próprio de fazer valer os princípios do jornalismo em situações adversas, recusando aos atentados à liberdade de pensar e de dizer (Bucci, 2013). Tal qual outras categorias, o jornalista, aqui e acolá, cria estratégias para proteger o DNA

da sua atividade (Bucci, 2000), em movimentos de recuo, ataque e negociação, estratégia que, num processo complexo, cria, opera e interfere no que se chama notícia.

A atual realidade de um jornalismo em retração coloca em diligência a percepção mais aguçada dos bastidores das práticas jornalísticas – no qual o jornalista permanece sob a aura do intelectual, mas também de liderança que interfere no interesse público. O cenário é de democracias em depressão e “deslocamento de poder” (Szabó, 2020, p. 103). Nesse contexto, Ricardo Gandour (2020, p. 45) afirma que o jornalismo se dá na “atitude, método e narrativa” – termos autoexplicativos na tradição dessa cultura. Nas três camadas, perguntar, indagar e questionar são potenciais de emergência para o jornalista, e não se está referindo aqui apenas às relações imprensa-sociedade, mas às relações imprensa-corporação.

A metodologia sistêmica de indagar integra a produção da notícia – que longe de ser uma prática objetiva (Chaparro, 2007) seria uma prática de precisão, tendo como intuito a veracidade. O jornalista cumpridor de ordens

seria um negacionista do próprio fazer. Não é plausível imaginar que essa relação seja destituída de tensões, em um momento em que as fontes mais e mais incidem sobre a produção das pautas, ameaçando o protagonismo do jornalista (Chaparro, 2007). Um exemplo notável foi a cobertura da operação Lava-Jato no Brasil, conduzida pela Justiça e pelo Ministério Público, numa flagrante manipulação da imprensa. Há de se pesquisar, em breve, as rupturas ocorridas nas redações durante esse processo.

O curioso, no contexto brasileiro, é o silêncio em torno dessas táticas de resistência – ou “regime de práticas” (Marocco, 2011), reforçadas pelo jornalismo investigativo e, nas duas últimas décadas, inclusive, pelo avanço dos princípios do chamado jornalismo cívico ou público (Rosenstiel & Kovach, 2003). Tais resistências sistêmicas existem, mas aparecem de forma tímida nos espaços acadêmicos, nos quais se prefere a explicação ainda simplista de que as regras gerais do mundo do trabalho se aplicam de forma draconiana a uma atividade como o jornalismo. Há um tensionamento entre aspectos éticos e estéticos que

ora se confundem ora se automutilam, em um jogo que é democrático e horizontal, marcas de nascença da imprensa (Costa, 2009).

Consideramos, aqui, o que se chama de “regime de práticas”, que tem derivado em anos recentes para as chamadas “novas práticas jornalísticas” (NPJ) decorrentes da imposição digital, entendidas, de forma ampla,

como o conjunto das recentes alterações incluídas nas rotinas de produção e distribuição diária de conteúdos do jornalismo profissional (um campo agora exposto à intensa interação com novos sujeitos produtores de mensagens públicas que se inserem em espaços antes exclusivos dos especialistas), a partir de um cenário marcado pela inclusão das tecnologias digitais e online de comunicação. (Del Vecchio de Lima & Caetano, 2015, p. 2)

A partir desse ponto, podemos relembrar os conceitos ligados à ideia de *campos* de Bourdieu, entendidos como microcosmos relativamente autônomos, conceito aqui aplicado

ao campo jornalístico. Ao se levar em conta que “em cada campo está em jogo um capital específico [...], que só faz sentido para quem está no jogo, quem conhece as regras, para quem tem um *habitus* ajustado a esse campo” (Souza, 2014, p. 145), nominamos, neste texto, a expressão “sistema de resistência de jornalistas”. Por “sistema...” se entende o conjunto de práticas, hábitos e valores que se negociam entre jornalistas e a hierarquia da redação, com relação aos conflitos de interesses que incidem sobre a informação noticiosa. Ou seja, tal resistência existe no interior do próprio campo, mas reage também às externalidades que pressionam o campo, em seu polo empresarial/organizacional.

O jornalismo contemporâneo apresenta cada vez mais possibilidades de atuação diferenciada, a exemplo do surgimento de empresas de *fact-checking*. Neste artigo, entretanto, o sistema de resistência de jornalistas se refere exatamente aos jornalistas que atuam no espaço coletivo e corporativo de uma redação. Percebemos esse “sistema” como um conjunto de elementos simbólicos e materiais

inter-relacionados, que ecoam e rebatem as influências e pressões que vêm da redação e sua hierarquia, assim como as que vêm do exterior, de várias instâncias socioeconômicas e culturais, e que ali são assimiladas, diluídas, negociadas. As resistências, mas também os recuos estratégicos nelas contidos, sistematizadas pela cultura da profissão, constroem-se e se reconstróem em um “núcleo duro” do campo profissional. O *pressuposto* é que no interior desse sistema de resistência transitam as formas de expressão da cultura profissional, que são inerentes às tensões editoriais.

Ao examinar o que denominamos de “sistema de resistência de jornalistas”, este trabalho busca transitar em três proposições: 1) levantar que mecanismos de resistência costumam ser acionados nos momentos em que os valores jornalísticos são colocados à prova no cotidiano de uma redação; 2) captar como o que aqui chamamos de “sistema” opera num contexto de polarização política, precarização das redações, nova arquitetura da informação, exigências crescentes de trabalho coletivo e imperativo da lógica da audiência (Travancas,

2011; Molina, 2007); 3) indicar como pautas identificadas com o chamado jornalismo investigativo são validadas e desenvolvidas num ambiente que hoje, em tese, tende a retardá-las (Weber & Coelho, 2011).

O estudo teve como base inicial a revisão bibliográfica, quando verificamos que a expressão “sistema de resistência de jornalistas” aparece implícita, mas não explicitada, em outras expressões e conceitos, a exemplo da pesquisa realizada no início dos anos 2000, quando Beatriz Marocco fez enquete com 269 repórteres no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Entre os temas de investigação estavam os saberes aprendidos na redação, a censura das chefias, livre expressão e decisões partilhadas entre repórteres e editores, em cujas entrelinhas se pode perceber o que chamamos de “sistema de resistência”. Some-se Gisele Reginato (2019), que ao analisar sequências discursivas de 85 jornalistas constatou que a maioria deles reconhece ter uma função pública e que essa crença os motiva a reagir diante das relações de poder no espaço de uma redação. Em um segundo momento, foram

realizadas entrevistas em profundidade (Priest, 2011) com seis jornalistas selecionados por se ocuparem, prioritariamente, da pauta investigativa.

Ao final, podemos afirmar que nossa premissa principal se faz presente: os jornalistas apresentam um sistema de resistência face às pressões e externalidades jornalísticas, mas esta resistência se mostra um tanto indefinida; por extensão, as novas práticas de redação impostas pelo jornalismo digital parecem cooperar para minar este sistema cultural no âmago da profissão.

A premissa da cultura profissional e seus valores como motor de resistências

Em países como a França e a Grã-Bretanha, o século XIX assistiu à contestação do jornalismo como profissão. Ainda hoje, termos como “jornalístico” e “repórteres” costumam ser usados em sentido pejorativo, o que ocorre até mesmo entre pesquisadores, estacionados nas críticas de mídia em cima dos *faits divers*. Esse quadro foi alterado na contemporaneidade com o aprimoramento da

apuração, o surgimento da grande reportagem (Traquina, 2005) e frente ao conceito sociológico de profissão.

Traquina (2005) apresenta os atributos necessários, conforme Greenwood (1957), para que o jornalismo se consolidasse como área profissional reconhecida. Para Greenwood (1957), todas as profissões parecem possuir os seguintes atributos: 1. Teoria sistemática; 2. Sentimento de autoridade por parte dos ‘agentes especializados’; 3. Ratificação da comunidade; 4. Códigos éticos; e 5. Existência de uma cultura profissional (Greenwood, *apud* Traquina, 2005, p. 102), estabelecida por meio de princípios a serem seguidos e verdades, mesmo que sempre relativas, a serem respeitadas (Lago, 2000), o que configura o conceito sociológico de campo jornalístico.

No decorrer da formação do jornalismo moderno, uma premissa se impõe como condição para seu exercício: a independência. Não se trata de um conceito unívoco. Manifesta-se de maneira diversa, contínua e estratégica. Em meio às pressões e tensionamentos de ordem política e econômica, o jornalista busca um caminho democrático para informar. De acordo com Rosenstiel e

Kovach (2003), é da natureza da profissão estar em estado de alerta com o sistema em que se encontra inserida – à moda de células de defesa.

A sociedade organizada busca por meio do relato jornalístico se informar sobre o que acontece em espaços próximos ou distantes. Em situações de quebra desse pacto, tal influência exercida pelo jornalismo se torna menos representativa, “esgarçando-se”. Essa ruptura fica mais traumática em meio à era da informação digital *online*, quando as notícias eventualmente omitidas pelas mídias tradicionais podem ser publicadas por um site ou de forma pouco sistematizada nas redes sociais digitais (Jenkins, 2008). Em meio a essa liquidez, a relação entre o jornalista e o público se aproxima de limites: a conectividade tecnológica permite a um receptor-emissor o acesso à informação instantânea, o que gera um imediatismo de comentários às notícias, provocando uma permanente fissura. Estratégias se avolumam em meio à ditadura das ferramentas analíticas que medem o sucesso ou não de uma publicação. A resistência ética não passa impune por esse turbilhão (Porto, 2002).

Disrupções e resistência na imprensa pós-industrial

No cenário tecnológico do jornalismo pós-industrial (Anderson et al., 2011), a interação com as fontes de diversas áreas e a capacidade de filtrar e analisar dados são vitais para a prática profissional. As redes sociais beneficiam o jornalismo devido à rapidez na distribuição do conteúdo em diversos espaços, o que Bolter e Grusin (2000) chamam de remediação (do Inglês, *re-mediation*); e fidelizam leitores que, além de consumir, passam a compartilhar o material em suas redes sociais, acessando outros compartilhadores, gerando uma reação em cadeia. Mas, da mesma forma que um furo jornalístico compartilhado por *followers* e replicado (*spreaded*) pode proporcionar prestígio ao jornalista, também pode lhe trazer descrédito em caso de um erro grave, potencializando seu efeito (Bolter & Grusin, 2000).

De forma ampla, nos estudos sobre o jornalismo pós-industrial, as abordagens construcionistas enfatizam a relativa autonomia que o jornalista detém no processo organizacional, graças à sua interação com

fontes, com a sociedade em geral e com a própria comunidade jornalística. Entretanto, o construcionismo no jornalismo está sendo revisado. Em tempos em que o cidadão pode participar do processo jornalístico, o *deadline* dos veículos *offline* dá lugar a um fluxo contínuo de produção noticiosa *online*. O consumidor influencia na pauta, na distribuição e na edição, que pode ser colaborativa; e ocorre a relativização da figura do *gatekeeper*, que analisa o que entra ou não na moldura noticiosa diária. Inaugura-se uma discussão constante, em que se insere o papel do *gatewatcher*, que vigia o que passou “batido” na avalanche de conteúdos que circula na web (Bruns, 2011).

Entendemos que, no meio destas e outras disrupções, o jornalista profissional flexibiliza seu regime de hábitos e práticas, mas busca novas formas de resistência e alternativas, os “arranjos”, para se manter como investigador da realidade. Diante disso, para uma aproximação maior com as redações, buscamos o depoimento de seis jornalistas profissionais em relação às “ameaças” à sua missão, bem como sobre as táticas aplicadas

*No cenário
tecnológico do
jornalismo pós-
industrial a
interação com
as fontes de
diversas áreas e
a capacidade de
filtrar e analisar
dados são vitais
para a prática
profissional*

na rotina diária. Entendemos essas falas como representativas deste “sistema de resistência de jornalistas” que buscamos interpretar.

**Para produzir notas
empíricas iniciais sobre o
sistema de jornalistas**

Este trabalho, de cunho qualitativo, não tem a pretensão de estabelecer um panorama adensado sobre o “sistema de resistência de jornalistas”. Busca-se produzir algumas notas iniciais sobre as práticas coletivas e individuais postas em ação para que certas pautas sejam produzidas, para que determinadas fontes se manifestem ou para manter valores da profissão.

Além de leitura de bibliografia clássica e atualizada, buscamos entender a operacionalização do “sistema de resistência”, por meio de categorias que constituem situações que ocorrem nas redações e que podem ser entendidas como “ameaças” às boas práticas profissionais: 1) polarização política; 2) precarização das redações; 3) nova arquitetura da informação; 4) imperativo da

audiência digital; 5) exigências de trabalho coletivo.

O entendimento destas categorias, abaixo sintetizadas, partiu de um conjunto de observações empíricas e leituras teóricas:

– **Polarização política:** a divisão política da sociedade brasileira, que se evidenciou, de forma radical, nas eleições presidenciais de 2018, impôs percalços à prática jornalística. O universo digital potencializa esse cisma. Se a repartição do mundo em comunismo-capitalismo impunha às redações a escolha de um modelo de mundo (Marcondes Filho, 1993), a divisão da sociedade brasileira em esquerda e em movimentos de extrema direita cria um estado contínuo de sobressaltos, que interferem na condução das pautas jornalísticas, pressionadas pelas manifestações polarizadas nas redes digitais e no Whatsapp. Estes são espaços colonizados pela reprodução de *fake news* e pelos interesses dos grupos econômicos que patrocinavam, pela publicidade, os jornais na idade industrial

e continuam, ainda mais agressivos, nesta etapa de capitalismo extremado e de novas formas de consumo de informações.

- **Precarização das redações:** no Brasil, esse “campo minado”, marcado por polarização política, disseminação de notícias falsas, interesses econômicos e moral conservadora, se estabelece em um momento em que se verifica uma diminuição de 40%, em média, do tamanho das redações nacionais, o que implica acúmulo de trabalho e baixa cobertura diária.
- **Nova arquitetura da informação:** as novas divisões de tarefas impostas pelo jornalismo *online* contribuem decisivamente para o acúmulo de trabalho. Exige-se, para atender às arquiteturas editoriais digitais, uma multiplicação de competências – a edição de vídeos e *podcasts*, por exemplo.
- **Imperativo da audiência digital:** às redações são lançados compromissos derivados do modelo de negócio digital, por vezes inalcançáveis, com as metas de audiência traçadas pelos executivos dos jornais.

- **Exigências de trabalho coletivo:** nesse cenário, a horizontalidade e o trabalho em conjunto – marcas da profissão ao longo das décadas – ficam ameaçados pela espiral de desempenhos, alguns inéditos para os profissionais do campo.

A partir daí, buscamos entender *se e como* ocorrem as resistências e procedimentos alternativos por parte do sujeito-jornalista. Para tanto, estabelecemos um contato direto com estes profissionais, selecionando por meio de informações fidedignas de outros agentes do campo jornalístico local (cidade de Curitiba, capital do Paraná, no Brasil) seis jornalistas reconhecidos por investirem em reportagens investigativas. Para analisar as categorias, colocadas como premissas e possibilidades, foram feitas três entrevistas abertas e em profundidade (Duarte & Barros, 2011), com perguntas derivadas das proposições iniciais. A análise interpretativa foi realizada a partir dos trechos que evidenciavam determinadas categorias. Para facilitar a legibilidade e permitir se alcançar os objetivos traçados, as falas obtidas foram editadas.

As entrevistas duraram entre 40 minutos e 1h30 e foram realizadas em junho de 2019. Dadas as condições, foram feitas presencialmente com cinco profissionais; e uma delas por email. A pedido dos jornalistas (**J**) entrevistados, cada um foi tratado por siglas e sem menção direta ao veículo em que atua ou atuou: **J1** – atuou na grande imprensa nacional por uma década, como correspondente regional. A sua faixa etária é a dos 30 anos. **J2** – é repórter de rádio nacional, em emissora local, tendo passado pela imprensa escrita regional. A sua faixa etária é a dos 40 anos. **J3** – trabalha na imprensa regional e recebeu uma série de prêmios por seu trabalho investigativo. A sua faixa etária é a dos 40 anos. **J4** – é jornalista investigativo veterano no Estado de Santa Catarina. Atua na mídia alternativa. A sua faixa etária é a dos 60 anos. **J5** – é produtor de TV em afiliada de emissora nacional, com passagem pela imprensa escrita. A sua faixa etária é a dos 30 anos. **J6** – é jornalista da área investigativa e atua na mídia independente nacional, tendo passado pela mídia regional escrita. A sua faixa etária é a dos 30 anos.

Análises e discussões

Nas entrevistas, identificou-se o entendimento de um aspecto fartamente realçado pelos teóricos (Alsina, 2009; Schudson, 2010; Traquina, 2005): o de que o jornalismo se constitui como uma cultura e que neste campo a experiência profissional é um capital que produz um grande efeito para o acionamento de mecanismos ligados a um “sistema de resistência de jornalistas”, de modo a lapidar uma categoria ou classificação.

Para os entrevistados, assim que um jornalista entra na profissão se vê imerso em um ambiente com uma linguagem e *ethos* específicos. A ideia um tanto repetida de que “a redação é uma escola” ganha sentido. Se ali se pode aprender vícios, também se tem acesso ao “superego” da atividade, que estabelece limites e práticas recomendáveis no cotidiano. O elemento mais citado dessa cultura foi a horizontalidade – no sentido de paridade de editores e repórteres na produção da notícia. É nesse elemento que se estabelece a “resistência”, base do sistema dos jornalistas no coletivo das redações.

O repórter reclama demais do editor e o faz com razão. Porque o editor muitas vezes não está conectado com a rua, tem uma visão panorâmica dos fatos. Há uma dissonância. Nisso surge uma resistência. Uma força para fazer valer o que é relevante. Sempre tive um diálogo franco com os editores. Essa relação me permitiu negociar. (J1)

Os profissionais **J1**, **J2** e **J3** partem do pressuposto da função social do jornalismo como matriz da cultura. Trata-se de um elemento norteador em momentos de impasse. Os entrevistados destacam o elemento “intuição”, como constante no jogo profissional. Integrar esta cultura concede ao jornalista elementos para suspeitar de intenções alhures e de encontrar atalhos para que a verdade factual seja praticada.

O trabalho sempre teve muita horizontalidade. E um editor me disse que era bom que eu argumentasse, pois passava segurança do que eu estava propondo. Admirava essa qualidade. O jornalismo

me permitiu o mergulho numa cultura. Tinha de encontrar aqui assuntos que interessassem a todo o país. Sou feita das pessoas que entrevistei. (J1)

Os diversos estágios passados nas redações são apontados como uma espécie de capital intelectual e emocional, um “escudo” que representa experiência para identificar políticas editoriais que minem, ou ameacem o bom jornalismo. Diante de pautas ou orientações que atentem contra os princípios jornalísticos ou que firam o interesse público, a tendência é recorrer a esse capital, em busca de alternativas para realizar investigações mais rigorosas e com apelo social.

Eu me descobri um jornalista investigativo porque a investigação faz parte da minha primeira formação, que é em química. E como químico, investigar é de minha natureza. E o jornalismo não é outra coisa a não ser investigação. A faculdade me ensinou sobre jornalismo, mas a investigação foi um autodidatismo, baseado na vocação investigativa. (J4)

As rotinas produtivas diárias também funcionam como elementos que, ao se naturalizar no âmbito profissional, permitem entender a lógica e a operacionalização das prioridades informativas:

Há alguns mistérios intrigantes na prática jornalísticas. Todo dia a coisa acontece sem que ninguém precise dizer o que se precisa fazer. Por mais que se tenha um roteiro mínimo de pauta, não é preciso chegar para o jornalista e dizer: “Olha, hoje você precisa ligar para tuas fontes e dizer isso”. Quando chegar tal hora, o repórter precisa ter suas matérias prontas. Ninguém precisa me dizer para desistir de uma pauta fraca porque uma coisa mais forte aconteceu. (J2)

Os entrevistados também citam como exemplo para fazer valer pautas mais difíceis de serem “vendidas” internamente, a “procura por pares” que pensam como eles:

Tenho uma luta interna para ouvir o outro lado de maneira

melhor, e não apenas de forma protocolar. Há dificuldade de encontrar pares, mas são essenciais para as grandes reportagens. Preciso encontrar o jornalista que topa fazer uma matéria mais investigativa e que às vezes encontra resistência das chefias. Consegui essa parceria para cobrir um caso de feminicídio. (J5)

O aspecto colaborativo entre pares resiste mesmo que a “lenda” afirme haver concorrência entre colegas da profissão. Ocorre que o jornalismo é uma atividade que, ao longo do tempo, apresenta aspectos coletivos, em especial nas atividades investigativas de maior fôlego. Tal aspecto floresce, mais recentemente, no chamado jornalismo de dados, no qual equipes de jornalistas precisam trabalhar juntos.

Os jornalistas relataram estratégias para proteger a profissão, em momentos de autoritarismo no interior das redações, decorrente de polarização política ou de entrechoques ideológicos. As táticas para transpor estas barreiras passam por abordagem direta dos editores, acordos com amigos, uso de entrelinhas nas

*O aspecto
colaborativo
entre pares resiste
mesmo que a
“lenda” afirme
haver concorrência
entre colegas
da profissão*

matérias, negociações e até práticas que poderiam ser chamadas metaforicamente de “táticas de guerrilha”.

Em relação às forças que permitem a publicação ou não de uma notícia, as jornalistas **J2** e **J3** afirmam que há um controle externo em alguns casos específicos, mas há formas de superar tal agência externa: “Quando um assunto era muito bombástico, o editor não fazia a chamada na capa”, conta **J3**. “Esperava ele ir embora e muitas vezes jogava uma chamada de capa sobre a matéria na qual acreditava, mas de maneira mais leve”. A estratégia passava despercebida pelos fechadores da edição”. Para a jornalista, essa experiência a forjou como profissional questionadora.

Sobre os valores do jornalismo, em especial aqueles ligados ao seu papel como fiscalização do poder público, **J2** relata uma mudança de sua postura e informa que busca um olhar de maior alcance social. Para a profissional, os anos de trabalho e a convivência com diferentes realidades trouxeram amadurecimento e a fizeram refletir sobre as decorrências do denunciismo, em especial nos casos de desproporcionalidade entre

o poder da imprensa e a gravidade do fato em si:

Eu tinha uma postura muito mais de fiscalização do poder público achando que esse era o meu principal mote. Hoje eu olho mais para a lógica da construção social. Pergunto que desenvolvimento social vou levar com essa matéria, no que ela muda uma realidade para melhor numa perspectiva social e de como ela pode ser desenvolvida a partir do jornalismo. (J2)

Havia momentos em que o jornal não era adulto. Eu desligava o telefone e chorava [ao receber a pauta]. Mas a minha resistência vinha da angústia. Às vezes, a gente tem de fazer porque um assunto [pouco ou nada relevante do ponto de vista jornalístico] importa para o público, ou porque deu repercussão. Podia acontecer de eu pedir para não fazer. Ou fazer propondo um ponto de vista que julgasse mais relevante. (J1)

A entrevistada **J6** comunga de percepções semelhantes às dos outros

jornalistas da enquete, relacionadas à participação em uma cultura, com aprendizado pela interação com colegas, e capacidade de negociação em momentos mais sensíveis. Mas deixa entender que em início de carreira teve baixa resiliência, o que lhe trouxe punições. “Hoje acho que poderia ter feito muito mais”, observa, referindo-se a adotar a regra do jogo. Ela se reporta ao fato de que teve desde textos “navalhados” ao citar políticos influentes, a um pedido de demissão por indignação e uma demissão por pressão de políticos junto à empresa. Em um momento mais dramático, foi alertada de que corria riscos e que deveria sair da cidade onde residia.

Comecei no jornalismo logo depois dos Diários Secretos¹, e peguei o “boom” da valorização de jornalismo investigativo como indicativo de credibilidade. Foi um momento fértil e próspero. Aos poucos, esse sentimento foi

decaindo. [Depois de uma matéria investigativa], uma editora me disse para ter cuidado, se possível sair da cidade, porque poderia haver uma batida policial e iriam encontrar droga comigo. Entendi como uma ameaça (que nunca se concretizou). Nesses casos, a “rebeldia” que eu tentava fazer para que as matérias que considerava importantes sássem era confrontar com os editores (hoje já não sei se é uma coisa boa). Muitos colegas preferiam ter mais paciência, perder num dia pra ganhar no outro. Mas não me arrependo da minha trajetória. Eu tentava mostrar aos editores que os assuntos eram muito importantes, que mereciam receber luz, e colocava pressão. Alguns colegas me apoiavam, mas era um apoio mais por baixo dos panos do que público. (J6)

Uma das matérias que geraram a perseguição à jornalista no circuito local saiu em veículo da imprensa nacional. A profissional de fato saiu da cidade e hoje diz enfrentar desafios diferentes dos típicos da imprensa

regional – a exemplo das agressões diretas de grupos políticos. “No fundo, a barreira causada pelos editores ou outras chefias apenas reproduz a pressão dos poderosos que não querem que certas mensagens sejam passadas” (J6).

Para parte dos entrevistados, não é possível comprar todas as brigas cotidianas numa redação. Alguns admitem que em certos momentos da carreira se prontificavam para todos os embates, mas que essa atitude os deixava marcados. Entendem que a melhor estratégia é a de “gastar energia” com assuntos de impacto social. Em relação às discordâncias de reportagens no próprio jornal, J2 afirma que prefere resolver internamente, mas sabe que algumas pessoas optam por externalizar o conflito, levando o assunto para a esfera pública. Para a entrevistada J3, não há como não se envolver ideologicamente com a pauta:

Eu acho que sou muito combativa e apaixonada na minha vida particular. No jornalismo, tento dar uma controlada até para ter discernimento em relação às coisas. Acho que é algo que se vai

1 Série de reportagens da Rede Paranaense de Comunicação (RPC) sobre corrupção na Assembleia Legislativa do Paraná (ALP), publicadas a partir de 2010, merecedora de prêmios nacionais e internacionais.

construindo com a maturidade, porque teu perfil muda, porque você vira uma pessoa mais madura. (J3)

A entrevistada **J3** ressalta que o que não muda é a necessidade de encontrar na pauta a função social do jornalismo, de contar histórias a partir do olhar dos personagens. Para ela, o valor está em mostrar o que não é mostrado, dar voz a pessoas que não encontram respaldo em outros meios. Essa idealização, segundo as entrevistadas **J2** e **J3**, é uma forma de resistência a um sistema que nem sempre prioriza valores jornalísticos.

Eu não consigo reagir ao que é um dogma da empresa. Mas compenso com outras matérias, que sugiro. Tenho mostrado defasagem de salário, falhas na reforma de previdência, sempre tentando não me vincular ... Eu me guardo para brigar por algumas matérias. (J5)

A *checagem* continua sendo um dos principais valores que apareceram nas entrevistas, mesmo se a

concorrência já tiver dado a informação: “Esse cuidado é extremo e tem que manter essa serenidade, e não é sempre. Nós cometemos muitos pecados” (**J3**). A *consulta informal entre profissionais* é uma prática comum e objetiva de checar a informação e garantir o controle editorial. “Eu lembro de ter sido procurada e de ter procurado colegas para conversar tanto antes quanto depois das publicações” (**J3**). Nesse sentido, **J3** afirma que a experiência dos colegas de trabalho é muito importante para o conjunto, pois pessoas mais experientes se tornam consultoras. “Saber como os jornalistas mais experientes se comportam diante das crises inspira outras pessoas, não tem jeito” (**J3**). Mas o que se vê na atualidade são redações cada vez mais enxutas e renovadas com jovens pouco experientes, o que faz da precarização nas redações um dos aspectos mais sensíveis, dentre os que podem levar à fragilidade do “sistema jornalístico”.

Velocidade, instantaneidade, interação do leitor, dentre outras marcas do chamado jornalismo digital, são apontadas, por alguns autores, como práticas que minam a resistência dos

jornalistas no interior das redações. Há menos tempo para debate e pactuações, aliado à menor quantidade de profissionais, em meio a um sem-número de tarefas e proliferação de pautas.

Você está numa disputa que às vezes é injusta. Faz o título correto e concorre com o pessoal que faz título que dá mais acesso e compartilhamento, porque está com o título impreciso. Na era digital estamos enfrentando dificuldades que quando eu comecei não havia. (J3)

No geral, os seis entrevistados se mostram pessimistas ao falar da capacidade de mobilização pela notícia em meio às estruturas de trabalho nas redações – “a maior parte dos jornalistas não briga mais” (**J5**); “os jornalistas são uma onda, o sistema nem sempre reage” (**J1**). Aponta-se, contudo, que há um aprendizado em curso. As entrevistadas **J2** e **J3** destacam o compromisso com a verdade na hora de publicar matérias em plataformas *online*, modalidade que muda a rotina das redações e, por extensão, a relação entre os jornalistas:

Descobriram que o público quer consumir jornalismo rápido. Se não há fatos, enche-se a grade de boletins rápidos, que mantêm o espectador ligado, reduzindo o impacto da internet. Tenho muito isso de fazer daqui um espaço de resistência. Temos de fazer quase 20 pautas por dia, num grupo de meia dúzia de produtores. Para que algo de relevante vingue, fecho essa grade com pautas pequenas, incluindo pautas maiores e mais aprofundadas. Fazemos suítes. Encho os olhos do patrão e paralelo faço uma matéria legal. (J5)

É fácil anular a personalidade do repórter [na ordem digital]. Cada vez menos gente, cada vez mais assunto e velocidade. Cada vez mais escrutínio público. Tinha coisas que não me faziam dormir, como receber mensagens nas redes sociais ofensivas. Muitas vezes, eu me retirei de pautas porque não estava emocionalmente preparada. Tudo padeceu [com a velocidade nas redações]. O tempo virou o maior problema, pois nos faz pensar menos. (J1)

Em resumo, a contar pelas falas aqui registradas, o campo de incertezas que ronda o jornalismo se reflete numa certa indefinição em relação à resistência dos profissionais de imprensa. A cultura do campo é bem identificada nas falas, mas se encontra sensível, indefinida e de certa forma um pouco fragilizada.

Considerações finais

Este artigo busca oferecer bases para o aprofundamento de um tema ainda incipiente na academia brasileira e gerar fontes para pesquisas de maior profundidade, de modo a mostrar como elementos próprios da cultura se sobrepõem e até alteram determinantes econômicas, políticas e sociais que incidem sobre o campo jornalístico. E como, em outro extremo, a natureza epistemológica da imprensa pode ser afetada, além das imposições mercadológicas, por condicionantes tecnológicas.

A expressão “sistema de resistência dos jornalistas” não é usual entre os entrevistados para este artigo. Mas a ideia que contém, sim. Não causa impressão a nenhum

deles a afirmativa de que, no interior das redações, formem-se táticas de “guerrilha editorial” e de “resistência cultural”, de modo a proteger o DNA da profissão. Mas, longe dos maniqueísmos habituais, aquelas que simplificam as relações hierárquicas, reduzindo-as à lógica do capital, os participantes da enquête rejeitam a ideia da obediência passiva.

Nesse sentido, o “sistema de resistência de jornalistas”, ainda que não nominado, é identificado e há indicações de que se move de forma racional e estruturada. Contudo, os entrevistados externam temores quanto ao futuro dessas práticas sistemáticas de reação – mesmo que incorporadas culturalmente às lides jornalísticas. A nova ordem digital se mostra apta a minar os microcosmos instalados nas redações – pela maneira como promove a cobertura individual, anônima, com baixa interação interna e externa.

A contar pelo conjunto de expedientes próprios do jornalismo digital, a ação ora orquestrada, ora intuitiva, ora movida pelo imaginário – para citar três possibilidades ventiladas ao longo da investigação – se mostra

ameaçada. É como se o “sistema de resistência de jornalistas” corresse o risco de se tornar um elemento arqueológico, sem força para se impor em redações excessivamente rejuvenescidas, exauridas e esmagadas pela produção de informação em escala pós-industrial, à sombra da checagem e, por consequência, da investigação.

Referências bibliográficas

- Alsina, M.R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes.
- Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2017). Post-industrial journalism: adapting to the present. *Columbia Journalism School: Tow Center for Digital Journalism*, 1-122. Consultado a 23 de maio de 2021, em <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8N01JS7>
- Berger, C. (2012). Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In M. Mouillaud & S. D. Porto (Eds.), *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora da UnB.
- Bolter, J. D., & Grusin, R. (2000). *Remediation: understanding new media*. Cambridge: MIT Press.
- Brum, E. (2019). *Construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- Bruns, A. (2011). Gatekeeping, gatewatching: realimentação em tempo real. *Brazilian Journalism Research*, 7(2) 119-140. Consultado a 23 de maio de 2021, <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/342>
- Bucci, E. (2013). *A imprensa e o dever da liberdade*. São Paulo: Contexto.
- Bucci, E. (2020). O jornalismo não pode esperar. In R. Gandour (Ed.) *Jornalismo em retração, poder em expansão* (pp. 9-12). São Paulo: Summus Editorial.
- Chaparro, M. C. (2007). *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus Editorial.
- Costa, C. T. (2009). Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória. Rio de Janeiro: Zahar.
- Del Vecchio de Lima, M. R. & Caetano, K. E. (2015). Implicações epistemológicas da pesquisa sobre novas práticas jornalísticas: por onde começar? *Revista Famecos*, 22(3), 61-76. Consultado a 23 de maio de 2021, em <https://revista-seletronicas.puers.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/19898>
- Deuze, M., & Witschge, T. (2015). Além do jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, 2(4), 1-3. Consultado a 23 de maio de 2021, em <http://www2.faac.unesp.br/ojs/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74>
- Dines, A. (2009). *O papel do jornal: e a profissão do jornalista*. São Paulo: Summus Editorial.
- Duarte, J., & Barros, A. (Eds.) (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.
- Eco, U. (2018). *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: WMF/Martins Fontes.
- Foucault, M. (1979). *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gandour, R. (2020). *Jornalismo em retração, poder em expansão: a segunda morte da opinião pública*. São Paulo: Summus Editorial.
- Halimi, S. (1998). *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes.
- Hohlfeldt, A. (2001). Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In A. Hohlfeldt, L. C. Martino & V.V.França (Eds.), *Teorias da comunicação: conceitos*,

- escolas e tendências* (pp. 187-240). Petrópolis: Vozes.
- Horn, A.T.A. (2020). *Educomunicação e atuação do jornalista na televisão*. Curitiba: Platô Editorial.
- Jenkins, H. (2008). *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph.
- Lago, C. (2000). O romântico no jornalismo – uma proposta de análise do campo jornalístico. *Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1-15). Manaus: Intercom.
- Marcondes Filho, C. (1993). *Jornalismo fin-de-siècle*. São Paulo: Scritt.
- Marocco, B. (2011): O saber que circula nas redações e os procedimentos de controle discursivo. In G. Silva, D. A. Kunsch, C. Berger & A. Albuquerque (Eds.), *Jornalismo contemporâneo: figuras, impasses e perspectivas* (pp. 295-315). Salvador, Brasília: Edufba/Compós.
- Martins, J. de S. (2014). *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto.
- Mattelart, M. A. (1999). *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola.
- Molina, M. (2007). *Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional*. São Paulo: Globo.
- Morin, E. (2015) *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Porto, S. D. (Ed.) (2002). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: UnB.
- Priest, S. (2011). *Pesquisa de mídia: introdução*. Porto Alegre: Penso.
- Reginato, G.D. (2019). *As finalidades do jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Rosenstiel, T., & Kovach, B. (2003). *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial.
- Schudson, M. (2010). *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos EUA*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Silva, C. E. L. da (1991). *O adiantado da hora: influência americana no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus Editorial.
- Souza, R B. de (2014). Formas de pensar a sociedade: o conceito de *habitus*, campos e violência simbólica em Bourdieu. *Revista Ars Historica*, 7, 139-151. Consultado a 23 de maio de 2021, em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4766705>
- Szabó, I. (2020). *A defesa do espaço cívico*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Teixeira Coelho. (2012) *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.
- Travancas, I. (2011). *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus Editorial.
- Venâncio, R. (2009). *Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária e comercial*. Rio de Janeiro: E-papers.
- Weber, M. H., & Coelho, M. (2011). Entre jornais e poderes. In K. Silva & A. Berger (Eds.). *Jornalismo contemporâneo* (pp. 51-78). Salvador, Brasília: Edufba/Compós.